



Chrys Chrystello*

Que Anúbis nos proteja como protegeu Tutankhamon em Tebas, quando Amon (Amon Ra) era o deus criador todo poderoso, já venerado por seu avô Imhotep III (Amenhotep) e por sua mãe Nefertite, que renegou o deus sol (Atón) idolatrado pelo marido, o faraó Amenófis IV, aliás Aque-náton (séc. XIV a.C.) e a sua cidade sagrada de Amarna (Akhetaton).



E faço esta invocação faraónica a propósito de quê? Dos faraós que nos Açores em 24 anos quiseram mudar os deuses tradicionais e se centraram num deus-sol em volta do qual tudo girava. Só

Que Anúbis nos proteja

que no arquipélago, assim como no Antigo Egito, o povo não queria abdicar dos velhos deuses e recusou o deus-sol. Foi destronado, a sua capital dedicada a Atón arrasada, e as pedras trasladadas para outras cidades.

É o que acontece quando se querem mudar as divindades. Agora os novos faraós terão de erigir uma nova Gizé com pirâmides de Quéops (Khufu), Quéfren e Miquerinos (Menkaure) em plena pandemia e tempo de vacas magras, depois de terem prometido tudo e mais alguma coisa (exceto um tunel submarino a ligar o Faial e o Pico).

São tantas as promessas e exigências dos parceiros, que não sei quantas vidas levaria cumprilas isto se os parceiros não se divorciassem litigiosamente antes do termo. Como sempre fiz, darei cem dias para ver em que direção vamos, mas já ouço queixas de que isto afinal, está muito pior do que se previa e que o governo anterior nos deixou um campo minado. Só a dívida das empresas públicas e parapúblicas levará toda a ajuda económica pandémica e pode não chegar. Depois, é preciso dar tempo ao tempo (que é aquilo de que não dispomos) para as pessoas se inteirarem dos

dossiês e adotarem medidas, enquanto a economia mergulha profundamente, o desemprego alastra, as empresas a fechar, o turismo estagna e tão cedo não irá recuperar, a miséria e a pobreza aumentarão sem resposta capaz.

Adivinham-se dias negros, como já se adivinham se nada tivesse mudado, e como sempre escrevi, continua a faltar nos Açores muita massa crítica e cinzenta para pensar o presente e futuro, enquanto os jovens (e enfermeiros) continuarão a fugir para outras paragens onde lhes seja dado valor e recompensa digna pelo seu trabalho, as ilhas menos povoadas continuarão a envelhecer e a empobrecer, e a enorme jangada continuará a deriva neste Grande Mar Oceano. E eu, que nem sou deus nem bruxo não tenho soluções nem propostas, tudo o que devia ter sido feito não o foi enquanto era tempo e agora teremos de ser reativos em vez de pró-ativos. Que Anúbis nos proteja.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 [Australian Journalists' Association MEAA]



António Simas Santos

Antes de mais, uma declaração de interesses destinada a por termo a espúrias justificações do injustificável.

A nova maioria aritmética dos Açores, a que alguém já chamou de caranguejola, tem plena legitimidade jurídica e constitucional e não tem que ser justificada por qualquer outra geringonça ou por idênticas comparações absurdas. Foi politicamente assumida, sancionada por quem de direito e irá tomar posse. Ponto.

Simplemente, e aqui é que a porca torce o rabo, não resultou do imprescindível debate político e de uma plataforma simples e clara de dele tivesse resultado e fosse por todos compreensível. Antes resultou da omissão (um silêncio demasiado ruidoso), pelo menos pública, do partido mais votado e de simples contas de somar dos outros, com a possível exceção da coligação PSD/CDS/PPM.

E, assim, foi obtido um somatório de 29 votos parlamentares (os necessários para fazer passar um governo) que resultou da adição de cinco (5) forças partidárias. Com dois objectivos claros: tirar o PS do governo e alcançar o poder. Não se vislumbrando qualquer outra argamassa aglutinadora para a solução governativa encontrada.

Sendo certo que alcançar o poder é o desiderato final de qualquer partido, não é menos certo que as motivações dos eleitores que os levaram a votar nestes cinco (5) foram certamente bastante diferentes. De modo que, não tendo havido esse debate e nem

alcançada uma plataforma política sólida, claro se tornou que se tratou de uma mera operação aritmética de somar, atirando a ética às malvas.

O que é, no mínimo, bizarro e, no máximo, defraudador para eleitores que viram os seus votos interpretados consoante os interesses dos estados maiores dos vários partidos, com o aval (manso?) dos deputados eleitos. Sendo certo que o que é juridicamente legítimo não é, necessariamente, democrático ou ético.

A única coisa que resultou, claramente, das eleições foi a vontade de acabar com as sucessivas maiorias absolutas do PS que, mesmo assim, pintou de rosa o mapa da Região com a exceção da Ilha do Faial, mas tendo, nalguns casos, reforçado a sua maioria noutras ilhas.

Tendo sido encontrada, contudo, uma solução que tudo isso ignorou.

Verificando-se, para mais, dois casos que são particularmente desconformes. O primeiro foi o PSD ter negociado com o Chega, fazendo tábua rasa do princípio de não abrir a porta a forças que visam por em causa a democracia e os nossos valores civilizacionais. O segundo o CDS/PP ter aceite fazer parte de uma amalgama que tem no seu seio uma força cujo objectivo central é ocupar o seu espaço político reduzindo-o à total irrelevância (e que, aliás, ficou a um triz de igualar o seu número de deputados).

São situações destas que afastam os eleitores e descredibilizam, ainda mais, a política e os políticos.

Sendo, realmente irónico, constatar que tudo isto

não era necessário. É público e notório que os dois deputados eleitos pelo Chega são ex-PSD, descontentes com o seu partido e que, na hora da verdade, não deixariam - sem qualquer compromisso - de fazer passar o novo governo. Sob pena de ajudarem a viabilizar um governo PS e/ou de precipitarem eleições antecipadas, o que obviamente não lhes conviria.

Ou seja, o PSD deu um tiro de pólvora seca, abrindo um precedente e uma caixa de pandora, de consequências imprevisíveis. Foi pena que PS e PSD, os grandes pilares da autonomia, não tivessem dialogado, mantendo-se de costas voltadas. Não, necessariamente, para criar um bloco central que, possivelmente, ninguém queria e não seria possível, mas para encetar um diálogo robustecedor da nossa autonomia e didático para os descrentes da política e dos políticos, criando um clima de transparência tão necessário ao reforço da democracia e da sua credibilidade.

Utopia?

Talvez não, para quem tiver, em mente, os superiores interesses dos Açores e dos açorianos. E, certamente, muito melhor do que ter permitido um alçapão aritmético chamado Chega que apenas será um factor destabilizante e de subtração, como já acontece, até a nível nacional.

Termino, fazendo votos para que o próximo governo regional tenha o engenho e arte para enfrentar os grandes desafios com que os Açores estão confrontados.